

OS JUROS VÃO

O ministro da Fazenda não fez média com os empresários,

Sexta-feira, 29-1-88

Economia

— POLÍTICA ECONÔMICA —

ECONOMIA - BRASIL

CONTINUAR ALTOS

que até gostaram disso. Os trabalhadores também gostaram de saber que a URP não cairá.

O ministro Mailson da Nóbrega acumulou alguns pontos positivos nas duras provas a que se submeteu ontem, em Brasília, em reuniões com líderes sindicais na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores, e com empresários na Confederação Nacional da Indústria.

Aos trabalhadores, nada pediu, "apenas que acreditem no País". Aos líderes industriais, nada prometeu, principalmente com relação ao problema da taxa de juros, classificado como o "número um" dos empresários pelo presidente da CNI, Albano Franco. Ao contrário, Mailson confirmou que as taxas de juros continuarão tão altas quanto maior for o déficit público. "A política monetária prevê juros acima da inflação", esclareceu o ministro, apoiado no argumento de que uma baixa de juros, neste momento de taxas inflacionárias altas, representaria o caminho mais curto para a hiperinflação.

A grande maioria dos empresários — entre os quais muitos membros de federações estaduais — mostrou-se inclusive satisfeita com a falta de promessas do ministro da Fazenda, afirmando sua disposição para a retomada de investimentos. Repetiam-se, por todo canto, manifestações de confiança na política econômica.

O ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e vice-presidente da CNI, Luiz Eulálio Bueno Vidigal Filho, disse que "o ministro Mailson não tentou alisar a cabeça dos empresários", o que, segundo ele, já representa um ponto positivo em favor do governo. "Ele prometeu fazer o que é possível, não o desejado", explicou.

Luiz Eulálio afirmou que um controle do déficit público efetivo deve ser compatibilizado com a retomada de investimentos. Este processo, em sua avaliação, passa por um controle rigoroso dos gastos públicos, pela menor intervenção do governo no mercado, e por medidas como a conversão da dívida aprovada na quarta-feira pelo Conselho Monetário.

Segundo relato de Albano Franco, Mailson garantiu que não está pensando em modificar a política salarial e acentuou que sua grande preocupação é a promoção do desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo. Um ponto de consenso entre os empresários e o ministro — revelou o presidente da CNI — é a necessidade de concluir, o mais rápido possível, os trabalhos da Constituinte.

Albano Franco informou que a CNI registrou uma redução dos níveis de negócios, mas descartou qualquer possibilidade de uma recessão a curto prazo. "O governo vai cumprir a parte dele, e a vantagem é que nada foi prometido".

Em seu encontro com representantes das Confederações Nacionais de Trabalhadores (lá estavam os presidentes da CNTI, José Calixto Ramos, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Orlando Coutinho, da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, José Augusto de Carvalho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, Lourenço do Prado, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, José Alceu Portocarrero), o ministro Mailson da Nóbrega também garantiu que a atual política salarial não será alterada, seja qual for o comportamento futuro da inflação. Segundo Mailson, uma mudança na forma atual de reajuste, pelo valor integral da Unidade de Referência de Preços, mesmo que a inflação se estabilize ou comece a cair, "seria uma traição aos trabalhadores".

José Calixto Ramos, da CNTI, gostou de saber que Mailson não pretende mexer na fórmula salarial. "Mesmo que o reajuste pela URP tenha provocado uma defasagem de 27% no último semestre, ainda é a melhor política salarial conseguida, pois ao menos tem reposto parte do salário". Na opinião de Calixto, a solução ideal ainda seria a livre negociação, mas inclusive nesse caso ela deveria ser feita em cima de parâmetros mínimos, "ou só quem tem poder de barganha obteria vantagens".

Mailson da Nóbrega declarou nada ter pedido aos trabalhadores, "apenas que acreditem no País". Segundo Calixto, nem poderia ter pedido: "Nós não temos mais nada para dar".